



## **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

### **Ata da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas.**

Às 9h30, do dia 15 de junho de 2011, no Edifício Sede do CENAFLO, em Brasília, Capital Federal, deu-se início à 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida pelo Sr Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário Executivo de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Estiveram presentes os membros: Bráulio Ferreira de Souza Dias (Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – SBF/MMA), Antônio Carlos Hummel (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), Luiz Novaes de Almeida (Ministério da Agricultura – MAPA), Cel José Leonardo Maniscalco (Ministério da Defesa – MD), Cássio Trovatto (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA), Jeison Alflen (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA), Carlos Eduardo Portella Sturm (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra), Milton Kanashiro (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa), Fernando Castanheira Neto (Confederação Nacional das Indústrias – CNI), Moysés Benarrós Israel (Confederação Nacional das Indústrias – CNI), Eliziário Noé Boeira Toledo (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag), Carlos Adolfo Bantel (Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais – SBEF) e José Rubens Pereira Gomes (Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento).

## **Abertura:**

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro e vice-Presidente da CGFLOP)** – Afirma que a reunião já tem quórum e agradece a presença de todos. Salienta que há alguns membros novos e dá início às apresentações.

**O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (Secretário Executivo de Biodiversidade e Florestas/MMA e Presidente da CGFLOP)** – Afirma seu interesse e compromisso de acompanhar melhor os trabalhos da CGFLOP. Diz que ainda espera poder aprimorar o que está no Congresso sobre a revisão do Código Florestal e poder criar as condições realmente mais adequadas para implementar direito o que está previsto no Código que tem um papel importante, tem um potencial grande, inclusive na questão de geração potencial, de geração de produtos florestais, madeiras e não madeiras, que precisam ser também melhores exploradas e orientadas tecnicamente. A gestão florestal também tem que olhar esse aspecto, o papel da floresta em termos de conservação de solos, águas, reduzir deslizamento e todos esses outros aspectos. Interessa-nos também articular melhor essas ações aqui conduzidas pela CGFLOP, pelo Serviço Florestal Brasileiro em relação a estratégias de conservação e de desenvolvimento na Amazônia em particular, mas, claro, também, para os outros biomas.

## **Tema de Pauta: Apresentação do Plano de Outorga Florestal (PAOF) 2012.**

**O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (Gerente Executivo de Planejamento Florestal/SFB)** – Informa que o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) que os presentes receberam é o de 2011, pois o SFB faz essa distribuição, mas eventualmente alguém pode não ter recebido. Avisa que a apresentação irá tratar do Plano Anual de Outorga Florestal para o próximo ano, 2012. Basicamente, a apresentação fará uma breve explanação da base legal do PAOF, seu objetivo, apresentar algumas alterações em relação às informações do Cadastro Nacional de Florestas Públicas que é uma ferramenta base para elaboração do PAOF e depois abordar o detalhamento sobre as florestas públicas selecionadas para concessão em 2012. Explicar um pouco e mostrar a metodologia de seleção dessas áreas e apresentar uma atualização em relação a informações sobre produção florestal, especificamente, produção florestal madeira, para que se possa visualizar a potencial participação ou impacto das concessões para a produção florestal de madeira tropical proveniente da Amazônia.

**O SR. CARLOS ADOLFO BANTEL (Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais)** – Solicita explicação sobre a taxa de conversão entre toras e produtos elaborados, pois parece que a taxa é bastante baixa considerada para a Amazônia. Pergunta se vão conseguir conviver com essa taxa tão baixa de conversão, da ordem de 40% ou menos, e diz que é muita matéria-prima desperdiçada.

**O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (SFB)** – Diz que esse é um desafio importante, melhorar a eficiência no processo produtivo. Esclarece que essas informações são reais, ou seja, são provenientes tanto da produção de madeira em tora quanto de madeira serrada que foi mostrada. Agradece ao IBAMA e aos órgãos estaduais que também disponibilizaram essas informações e diz que existe uma resolução do CONAMA que estabeleceu um coeficiente de rendimento médio de 45%. Acha que é importante salientar que a tendência no processo de concessão é que tenhamos um rendimento muito melhor, uma agregação de valor maior do que a realidade da indústria madeira hoje da Amazônia.

**O SR. FERNANDO CASTANHEIRA NETO (CNI)** – Diz que se preocupa em função de transcorridos cinco anos da promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas e estar ocorrendo uma queda acentuada na quantidade de áreas disponíveis para concessão no PAOF2012 quando comparado com os PAOF anteriores. Diz que 70% da Amazônia, hoje, é constituída por áreas públicas e, quando se trata de manejo florestal, considera que cabe ao

governo a oferta dessa matéria-prima para o parque industrial. Manifesta que a existência futura da indústria florestal depende fundamentalmente da parceria do governo com esse setor. A demanda por madeira é muito maior do que a oficial e as concessões estão extremamente aquém do demandado e que os dados precisam ser aprimorados. Observa que o ICMBio excluiu sete milhões de hectares e quer saber mediante qual critério, considerando que sete milhões de hectares é praticamente o dobro da área total disponibilizada.

**O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor de Ações Estratégicas/SFB)** – Diz que esses números foram obtidos a partir de informações que constam nos sistemas oficiais, o DOF federal e os estaduais. Esclareceu que a média histórica referente a eficiência de conversão nos últimos 20 anos variou de 38 a 42%, com média de 40%. Saliu que as informações demonstram, hoje, um universo de produção madeireira na Amazônia com volume de 14 milhões de metros cúbicos, independentemente da origem, por várias razões, e que neste cenário é demandada uma oferta de 700 mil hectares sob manejo por ano. Considerando um ciclo de 30 anos, isso resulta em uma necessidade de 21 milhões de hectares na Amazônia sob manejo florestal. Esclarece que a observação apresentada pelo Sr Fernando Castanheira já é constatada pelo SFB, ou seja, ainda está muito longe sobre o ponto de vista da oferta de florestas públicas para fins de manejo sustentável.

**O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (SFB)** – Diz que a única Flona que foi retirada pelo ICMBio foi a Flona de Três Barras com, aproximadamente, quatro mil e quinhentos hectares e que é constituída basicamente por florestas plantadas. A exclusão dos sete milhões de hectares citados, lembrando que são áreas sob a gestão do ICMBio, foram incorporados a esse critério por não serem áreas prioritárias para concessão em 2012. Saliu que o fato de não serem prioritárias para 2012 não significa que elas não possam vir a entrar em concessão no futuro.

**O SR. MARCUS VINICIUS (SFB)** – Informa que o PAOF encontra-se em consulta pública, está na Internet até o fim deste mês. É um período de 30 dias que permite contribuições da sociedade e que a apreciação da CGFLOP é uma das etapas de requerimento legal a que o PAOF está submetido. Nesta data, é um processo que ainda não está finalizado e permite sugestões.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** – Saliu que há uma Instrução Normativa do TCU que acompanha todo o processo de concessão, é um dos processos que tem um acompanhamento específico de auditoria constante. Há um esforço grande do MMA, do ICMBio, Serviço Florestal e IBAMA referente realinhamento da gestão florestal e isso é fundamental. Manifesta um registro muito importante dos esforços dos governos estaduais: Acre, Amapá, Pará e Amazonas, que estão tentando também iniciar esses processos. Acredita que chegou um momento em que esse processo tem que ser rediscutido com relação à questão institucional, pois, existindo áreas disponíveis para fazer concessão florestal, não há dúvidas de que se trata de um mecanismo que funciona. Há um esforço também de outros ministérios, neste caso, o Ministério da Fazenda, em estudar um pouco a economia florestal na Amazônia. Há um problema intenso, aparentemente agravado nos últimos meses, referente a conflitos socioambientais e agrários. Esclarece que tudo isso reflete questões agrárias mas também envolve exploração ilegal de madeira. Esse é o desafio posto não só para o Ministério do Meio Ambiente, mas para a sociedade como um todo, inclusive, para o movimento social e movimento ambientalista. O pessoal do MDA também tem realizado um esforço grande.

**O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (SBF)** – Informa que o MMA está finalizando um decreto para gestão territorial em terras indígenas, a PNGATI, com o que espera ter um controle e um planejamento melhor nessas áreas. Informa que também tem aperfeiçoado bastante o monitoramento de cobertura florestal e desmatamento. Espera continuar o aperfeiçoamento desses monitoramentos, inclusive com uso de sensores de maior resolução para que realmente esse acompanhamento seja mais aperfeiçoado. Diz que também precisamos avançar na área dos

assentamentos e pergunta ao Sr José Humberto qual é a expectativa com relação às Flonas que estão propostas no PAOF 2012 que ainda não tem plano de manejo aprovados. Pergunta em que fase estão esses planos e quando deverão ser aprovados. Observa, ainda, que a Flona de Trairão tem um percentual de área para manejo florestal maior do que as demais e solicita explicação.

**O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (SFB)** – Diz que a inclusão de Flonas no PAOF 2012 sem plano de manejo concluído se baseia na possibilidade de conclusão destes planos entre o segundo semestre de 2011 e o início de 2012, informações prestadas pelo próprio ICMBio, em função do andamento dos estudos. Desta forma, estas Flonas ainda estarão em tempo hábil para serem submetidas a um processo de concessão. Esclarece que o percentual da Flona do Trairão é uma informação constante do plano de manejo da unidade.

**O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (SBF)** – Acha que seria importante que tivéssemos uma manifestação formal do ICMBio sobre a necessidade de concluir a tempo a elaboração dos planos de manejo dessas três Flonas. Considera que é uma cobrança que se pode fazer ao Chico Mendes para apresentarem um cronograma de perspectiva de avanço relacionada a esses planos.

**O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (Departamento de Florestas/SBF/MMA)** – Levando em consideração, principalmente, a crítica que o Fernando Castanheira apresentou, diz que traria para avaliação essa complementação sobre a exclusão deliberada das florestas públicas federais não destinadas. Acha que precisariam trabalhar de forma mais pró-ativa nesse sentido de prever alguma coisa nos planos para destinação dessas áreas e já ter a preocupação de dar uma destinação, não só para procurar minimizar esse problema que o Sr Castanheira apresentou, como também há um outro dado muito relevante: essas áreas não destinadas são hoje um grande foco de conflito.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** – Afirma que há um esforço muito grande do Serviço Florestal com relação a essa questão da destinação de terras públicas federais dentro da Amazônia e sua destinação às concessões. Observa que não se trata de situação simples e informa que há um estudo bastante importante que será disponibilizado em palestra para CGFLOP. Neste estudo, são utilizados vários filtros para terras públicas e que há 15 milhões de hectares de florestas públicas federais não destinadas. Informa tratar-se de uma estratégia que foi apresentada para a Ministra, para o Secretário Executivo, para o secretário Bráulio e discutida, ainda, internamente, sobre como isso seria abordado no PAOF.

**O SR. MARCUS VINICIUS (SFB)** – Diz que a experiência tem mostrado a necessidade de aproximar o PAOF cada vez mais das condições reais para se concretizar a concessão daquelas áreas que realmente disponham de condições efetivas para tanto. Pondera que como não há o marco legal para a questão das florestas não destinadas, não podemos criar expectativas, inclusive internas, que comecem a direcionar uma série de esforços relacionados a estas áreas em detrimento dos trabalhos com perspectivas concretas, o que já não tem sido fácil.

**O SR. MILTON KANASHIRO (EMBRAPA)** – Diz que, independente de qualquer entendimento técnico, devem tomar um pouco de cuidado porque esse documento pode e deve ser pego por qualquer pessoa da sociedade e entendido de uma forma mais clara. Também entende que não deveriam entrar no PAOF as áreas não destinadas e as aquelas que não possuem planos de manejo aprovado. O plano de manejo transcorre uma série de processos de audiência pública e pode demorar muito tempo para ser aprovado. Isso talvez faça com que os números dos PAOF's a cada ano sejam mais conservadores, mas são mais realistas e assim o PAOF se aproxima mais do que é executado.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** – Diz que o PAOF é um planejamento anual para o SFB. A primeira coisa que deve ficar clara é que onde não há plano de manejo aprovado não pode haver concessão. Outro aspecto que o PAOF sinaliza, e precisa se ter isso mais claro agora, é

que essas áreas que não possuem plano de manejo estão em uma sequência onde podem vir a ter. Por exemplo, no dia anterior, recebeu um ofício do ICMBio com relação ao Plano de Manejo da Flona Altamira, dizendo que será aprovado até o mês de dezembro.

**O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (SFB)** – Esclarece que, na elaboração dos editais de concessão florestal, o detalhamento das unidades de manejo é feito para que os interessados tenham o maior número de informações possíveis relacionadas com à capacidade de produção da área durante o processo de concessão. Não é no PAOF que se consegue apresentar este detalhamento, ou seja, dar esse zoom. No PAOF as informações são apenas um indicativo. Salaria ainda que o PAOF está no site do Serviço Florestal, em consulta pública, e indica o e-mail [planejamento@florestal.gov.br](mailto:planejamento@florestal.gov.br) como endereço para o envio de eventuais sugestões até o final de junho.

**O SR. BRÁULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (SBF)** – Afirma que é preciso cobrar que o ICMBio se comprometa, por escrito, com relação aos planos de manejo.

**O SR. FERNANDO CASTANHEIRA NETO (CNI)** – Considera importante a CGFLOP fazer uma indicação de solicitação formal para que o ICMBio se comprometa e apresente um cronograma formal ao Conselho.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** – Após as manifestações dos membros da Comissão sobre o PAOF 2012, a discussão foi encerrada com indicação das providências a serem adotadas pelo SFB.

#### **Informe 1: Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC) 2011.**

**A SR.<sup>a</sup> SANDRA AFONSO (Gerência Executiva de Florestas Comunitárias do SFB)** – Esclareceu que o relatório de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2010 apresentado na reunião de dezembro está disponível no site do Serviço Florestal. Informou que o PAMFC 2011 entregue nesta reunião na forma impressa estará disponível no site em breve. Informou que foram publicadas as portarias de instituição do Comitê Gestor e do Grupo de Trabalho do Programa Federal, e que a Gerência Executiva de Florestas Comunitárias solicitou seu envio aos representantes das instituições que as compõem e, assim que receberem as indicações, providenciarão a publicação das portarias de nomeação.

#### **Informes 2 e 3: Relatório de Gestão de Florestas Públicas 2010 e Andamento das Concessões Florestais.**

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** – Informa que o SFB tem obrigação legal de encaminhar ao Congresso Nacional, ao TCU, ao MMA e ao CONAMA o Relatório de Gestão de Florestas Públicas 2010. Foi apresentado na última reunião do CONAMA. É importante citar que o SFB também tem um relatório de execução do contrato de gestão, que apresentamos para o Ministério do Meio Ambiente e esse já foi encaminhado. Esses relatórios podem ser consultados na página do Serviço Florestal Brasileiro: [www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br). O outro informe é com relação ao andamento das concessões florestais. A Floresta Nacional do Jamari, onde há três planos de manejo florestal em operação desde o ano passado, está sendo fiscalizada pelo IBAMA. O Jeison Alfien fez vistoria lá recentemente, ou seja, está ocorrendo um acompanhamento próximo pelo IBAMA, pelo ICMBio e pelo Serviço Florestal Brasileiro. Com relação a Saracá-Taquera, são dois contratos que já foram assinados, com duas empresas diferentes, e seus planos de manejo já estão sendo analisados pelo IBAMA. Um plano, da Ebata, já foi aprovado tecnicamente e espera-se que ambos os planos de manejo florestal entrem em operação ainda em 2011. O SFB está finalizando o processo licitatório da Floresta Nacional de Amana, são 210 mil hectares, e, ontem,

foi publicada, no Diário Oficial da União, a convocação para assinatura dos contratos das três empresas que ganharam a licitação. É importante citar que são duas cooperativas e uma média empresa e todas são daquela região. Também é importante citar que as concessionárias de Saracá-Taquera também são duas empresas do Estado do Pará. Este ano ainda há previsão de lançamento de outros quatro editais que estão com a elaboração bastante avançada: de Saracá II, referente a parte Sul da Flona de Saracá-Taquera, e os pré-editais de Crepori, Altamira e Jacundá. Os planos de manejo de Altamira e Jacundá estão na área jurídica do ICMBio para serem aprovados com previsão é até o final do ano.

**O SR. JEISON ALFLEN (IBAMA)** – Com relação à primeira questão do sistema de controle, diz que Rondônia, desde o ano passado, também trabalha com o DOF, então, a partir do ano que vem, nós vamos ter dados consolidados de Rondônia já provenientes do sistema DOF integrado. Com relação à questão de análise dos projetos técnicos, as análises dos planos de manejo florestais, objeto das concessões apresentadas pelas empresas, eles são analisados por um Grupo de Trabalho formado pelos técnicos da unidade do IBAMA do local ou do Estado e, também, do IBAMA sede. O GT é consolidado justamente para aproveitar a experiência de Jamari e foram colocados integrantes de Brasília no processo. Os planos de manejo de Saracá-Taquera foram protocolados, provável, no final do ano passado e o projeto em fevereiro deste ano. Foi falado que tinha um ano de protocolo de projeto e diz que não é verdade, o projeto foi protocolado em fevereiro e aprovado tecnicamente na semana passada; estamos concluindo a análise. Com relação a Jamari, está sendo apresentado o acompanhamento para o pessoal de Belém, do Grupo de Trabalho da Saracá, Está sendo apresentado em Jamari, diz que as pessoas ficam muito impressionadas por se tratarem de projetos de excelência, desde a exploração até o controle e segurança do trabalho. Afirma que realmente os projetos em execução dentro da Flona são referência no Brasil e convida todos a conhecerem as instalações. Já antecipa que será cobrada a mesma excelência para os projetos em execução dentro da Saracá-Taquera. Além disso, dá seu testemunho relacionado com a floresta de Jamari, referente ao município de Itapuã do Oeste, onde já é possível observar a economia local a pleno vapor e as concessões servindo como oferta de madeira legal no mercado mas, também, servindo para o desenvolvimento local forte. Com relação a metragem e área de efetivo manejo, as empresas trabalham e apresentam seus projetos dentro do limite.

**O SR. DERICK MARTINS (Federação das Indústrias do Pará e Empresa Ebata)** – Identifica-se como responsável técnico da Ebata Produtos Florestais, que é uma das duas vencedoras da concessão florestal na Flona de Saracá-Taquera, Edital 01/2009. Diz que podem identificar alguns gargalos que precisam fundamentalmente serem regulamentados e precisam do apoio dessa Comissão. Deseja fazer duas propostas para a Comissão, que tem esse papel fundamental. A primeira refere-se a necessidade de ocorrer uma harmonização entre as instituições envolvidas para que não tenhamos um custo transação, um custo de investimento administrativo altíssimo em função da necessidade tratar com várias instituições e visando dar agilidade ao processo. A segunda proposição para essa Comissão é refere-se a necessidade de regulamentar atividades mínimas entre a assinatura do contrato de concessão e aprovação do plano de manejo florestal. Considera que é um processo diferente do que tem acontecido na iniciativa privada e até um pouco extemporâneo, uma vez que você assina um contrato de 40 anos, vai fazer manejo, tem toda a previsão dos cuidados que vão ser feitos, dos critérios, evitar danos ambientais e os indicadores para melhoraria social, ou seja, está tudo aprovado, assinado, inclusive um depósito em calção, que neste caso foi 100% do valor, imobiliza-se um recurso e ainda assim, é necessário aguardar. Diz que irão completar agora oito meses, da assinatura do contrato e ainda não pode entrar na área. Sugere que entre a assinatura do contrato e a aprovação do plano de manejo, seja permitido entrar na área pelo menos para realizar inventário florestal e alojamento. Salienta que também há regras e não será qualquer tipo de acampamento. Diz que também é necessário regulamentar, foi falado muito aqui do plano de manejo das unidades de conservação, nós precisamos dos planos de manejo da unidade de conservação e, sobretudo, que esses planos conversem com os planos de manejo das concessões. Por último, nesse processo de implementação, o contrato prevê as principais atividades, mas algumas ainda ficaram por

regulamentar. Diz que isso tudo reflete no final de uma pergunta para a qual ainda não temos a resposta: há viabilidade econômica de fato das concessões florestais? E afirma que é essa resposta que muitas outras empresas estão aguardando para saber se entram ou não nesse processo. Se se quer que as concessões dêem certo, se pretende-se que de fato ela possa gerar matéria-prima legal, sustentável, contrabalanceando a atividade ilegal, contrapondo a anomalia do desmatamento a que o Bráulio se referiu, precisa-se garantir que haja também viabilidade econômica.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** – Diz que estes são temas que têm sido discutidos internamente no Serviço Florestal. Quanto à questão institucional, acha que o Estado precisa se organizar melhor para cuidar dessa tarefa. Realmente, você está cheio de razão com relação a esses regulamentos mínimos a partir da assinatura do contrato, nós estamos discutindo isso, inclusive com o IBAMA. Hoje, sabemos que um dos maiores especialistas em estradas no mundo, que é o Zuid, sugere que a estrada seja feita num período de um ano antes de começar. Então, uma das regulamentações mínimas que nós temos que mudar na legislação e adaptar é com relação às estradas.

**O SR. RUBENS GOMES (FBOMS)** – Afirma que a situação que estamos vivendo hoje é emblemática para os movimentos sociais e, principalmente, os defensores de floresta e de produção sustentável de base florestal, como quem acredita que o manejo pode ser uma grande estratégia para conservação e para inclusão econômica e social inclusive dos povos da floresta. Vivemos um momento bem emblemático com a mudança, com o afrouxamento da legislação ambiental brasileira. Diz que o Estado que não consegue implementar suas políticas públicas e responder de forma eficiente, coloca as lideranças em enfrentamento com os pistoleiros e é claro que as lideranças vão morrer, porque eles não tem milícias na floresta. O Estado monta o assentamento e não implementa uma unidade de conservação e se ausenta das denúncias que são públicas. Então, isso é um cenário lamentável, estamos com aumento considerável do desmatamento na Amazônia. Afirma que parte desse desmando que estamos vivendo hoje é exatamente esse cenário que vivemos, essa fragmentação do ponto de vista da gestão das florestas, essa fragmentação no ponto de vista do mundo, todo mundo manda e ninguém manda, e pergunta quem manda nas florestas do País? Como é que fazemos hoje o Serviço Florestal ampliar as zonas de oferta de florestas de concessão para combater a madeira ilegal no País, que foi a estratégia que o movimento social usou para envolver no movimento aqueles mais radicais quanto ao setor florestal, em virtudes, exatamente, do enfrentamento com a bandidagem, da grilagem, das mortes, que sempre foi um setor perverso para os movimentos. Diz que o FBOMS fez o grande encontro de Parintins para chamar a atenção do governo e acha que vale a pena registrar que o encontro de Parintins deixa um documento robusto com a mensagem para o governo e para a sociedade de que a grande massa populacional da floresta quer fazer manejo de forma legal, quer ser reconhecida pelo Estado com assistência técnica e crédito. Afirma que precisam fortalecer o Serviço Florestal para que possa fazer de fato a gestão das nossas florestas usando essa grande massa populacional que está na floresta. Quero informar que ontem encerraram o 21º Encontro do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, o FBOMS, e reestruturaram a nova diretoria, a nova coordenação. O Fórum está forte e irá reagir a todas essas mazelas que estão se construindo no nosso país e para isso estão unindo-se cada vez mais.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** – Acha que o Brasil tem todas as condições para se tornar uma grande potência florestal. O que acha que é um retrocesso é a discussão sobre o Código Florestal. Lá fora, as pessoas têm um olhar para o Brasil, com relação às florestas, como agente destruidor. Acha que, neste Governo, vamos conseguir reverter tudo isso, preservamos nossas florestas. Há uma área muito importante protegida no País, especialmente, na região amazônica. Temos que mostrar que ocorrerão consequências às áreas não destinadas, senão serão destinadas à grilagem, à exploração ilegal. Não dá mais para convivermos com esses índices altos de exploração da madeira ilegal, pois cai no que o Derick falou, como eu quero ter

viabilidade econômica, se eu tenho uma oferta pirata aí, igual CD. Uma coisa muito importante que nós já fizemos, o MMA pediu análises com relação à madeira oriunda das hidroelétricas de Jiral, Santo Antônio e Belo Monte. Nós fizemos uma estimativa de como isso poderia afetar as concessões florestais e, em tese, não afeta porque ela tem uma oferta que é apenas imediata.

**O SR. FERNANDO CASTANHEIRA NETO (CNI)** – Diz que, recentemente, o Comitê de florestas plantadas do Ministério da Agricultura, recebeu um documento preparado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, com subsídios para uma política de florestas plantadas no Brasil, que aplaudiram, acharam muito interessante. Mas agora chamou-lhe a atenção no sentido de que mostra a fragilidade que esse Governo tem em se conversar. Diz que é um absurdo estar se falando em floresta plantada e esquecendo floresta nativa, quer dizer, o patrimônio florestal brasileiro é segmentado de uma maneira abrupta. Há pouco mais de seis milhões de hectares de florestas plantadas e que têm uma política específica com subsídios, investimentos, em meia dúzia de empresas, grande parte internacionais, e boa parte do setor privado, com o Governo participando como acionista, para a qual batem palmas, acha que tem que ser assim mesmo. Mas do outro lado, volta um pouco ao que comentamos no início, e pergunta cadê o planejamento do lado da floresta nativa? Temos 60% do território coberto de floresta nativa e diz que isso está relegado a uma política de proteção integral, comando e controle, que não é que não tenha que ser, mas está descasada. Então acha que talvez devêssemos resgatar na CONAFLORE ou no Ministério, via Serviço, a Política Nacional de Florestas Nativas que junte esses subsídios da plantada e criamos uma política nacional de florestas no Brasil.

**O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (DFLOR)** – Com relação ao planejamento para florestas plantadas, trabalho da SAE, acha que se pode utilizar isso como referência para avançar nessa linha de gerar um *upgrade* para florestas nativas. O próprio debate sobre a necessidade de expansão, de ter um melhor planejamento para florestas plantadas, não deixou de fora também essa preocupação. Acha que o próprio processo de elaboração daquele documento também suscitou muito esse debate da necessidade de ampliar-se a possibilidade de ter elementos da floresta nativa com a condição técnica e a atividade econômica para que elas possam contribuir também na expansão da base plantada. Diz que, na verdade, é um paradoxo um país com as condições climáticas, com diversidade de espécies florestais e ter uma base de florestas plantadas basicamente centrada em espécies de pinos e eucaliptos, então, essa preocupação está presente e também está se refletindo nessa discussão sobre a própria normatização do setor de sementes e mudas, que é outra preocupação séria que se tem e acha que ela cria uma conjugação muito estreita. Diz que, sem dúvida nenhuma, tem-se um desafio enorme no sentido de dar respostas mais efetivas para uma política de exploração racional sustentável desse imenso patrimônio que nós temos relacionado às florestas nativas.

**O SR. ELIZÁRIO NOE BOEIRA TOLEDO (CONTAG)** – Acredita que a questão das florestas plantadas expõe uma grande contradição que existe. Deveríamos criar um espaço de massa crítica para podermos conversar, especialmente com o BNDES, que faz financiamento, que são volumes bastantes expressivos de como que essas questões vão ser levadas em consideração, porque hoje me parece que não tem eco.

Terminadas as participações, o SR. **ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB)** – Agradece a presença de todos e encerra a Reunião.